

DÍVIDA EXTERNA

Credores reagem mal à proposta de acordo

Na primeira reunião para apresentação da proposta de reestruturação da dívida, terça-feira, banqueiros criticaram falta de clareza

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Os cerca de 300 executivos de bancos americanos e canadenses credores do País que foram à sede do Citibank, em Nova York, na tarde da terça-feira, para ouvir a primeira apresentação sobre a proposta de acordo de reestruturação da dívida externa, deixaram a reunião com mais dúvidas do que tinham antes. Vários participantes ouvidos pelo Estado dis-

seram que as explicações sobre os rumos da economia brasileira, dadas pelo secretário do Tesouro, Murilo Portugal Filho, e pelo secretário para Política Econômica, Fernando Holanda Barbosa, não convenceram e reforçaram o temor de que o governo Itamar Franco não compreende a gravidade da situação.

A complexidade da proposta de acordo — que ocupa a maior parte de um livro de 300 páginas distribuído aos bancos — também contribuiu para a

reação negativa dos credores. A resposta inicial dos bancos materializou-se ontem numa queda de 1% dos papéis da dívida brasileira no mercado secundário. Nenhum dos executivos ouvidos acredita que os bancos observarão o primeiro prazo de adesão fixado para o acordo — 22 de fevereiro.

“Tenha em mente que este é o mais complexo dos vários pacotes de reestruturação da dívida apresentados à comunidade bancária internacional desde o início da crise da

dívida em 1982”, afirmou o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, num comunicado divulgado terça-feira. A exemplo do que fizeram os dirigentes de instituições financeiras, nas cartas que assinaram recomendando o acordo aos bancos, Rhodes disse que o governo “observou estritamente os compromissos que assumiu no acordo” e já pagou mais de US\$ 3 bilhões em atrasados.

A crença de que o governo não fará um novo acordo com

o Fundo Monetário Internacional motivou várias perguntas sobre o financiamento das garantias que o governo deverá apresentar aos credores. Pela proposta, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento contribuiriam com metade do valor das garantias, que pode, teoricamente, superar os US\$ 5 bilhões.

O negociador da dívida, Pedro Malan, deixou aberta a possibilidade de o País financiar sozinho as garantias, com

suas próprias reservas, mas ressaltou que isso dependerá das opções que os credores fizerem. Se todos insistirem em optar pelo bônus ao par, o mais atraente para os bancos, nada feito, disse Malan.

Vários executivos deixaram a reunião frustrados com a falta de respostas a questões envolvendo as obrigações externas de empresas estatais que podem ser privatizadas. “Não foi um encontro profissional”, queixou-se um banqueiro.